

## **MOÇÃO PELO DIREITO DAS JUVENTUDES PERMANECEREM NO CAMPO**

As juventudes comprometidas com a agroecologia, que se fazem presente no III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido entre os dias 16 e 19 de maio, em Juazeiro/BA, quer denunciar o contexto de ampla expulsão das e dos jovens da agricultura familiar, camponesa, indígena e de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, que decorre do modelo de desenvolvimento rural hegemônico baseado no agronegócio.

o contexto de concentração de terras combinado ao modelo de produção agroexportador, que se baseia no monocultivo, na utilização de tecnologias de alto custo econômico e de nocivo impacto ambiental e na exploração da mão-de-obra da classe trabalhadora, influenciam as dinâmicas econômicas, sociais, territoriais e culturais vivenciadas pelas juventudes no âmbito das comunidades rurais, aprofundando as desigualdades no campo brasileiro.

As relações capitalistas estendem seu efeito perverso a partir da desterritorialização dos povos do campo, em especial das juventudes, na medida em que desqualifica a cultura e identidade camponesa e destitui o povo do campo do acesso aos direitos.

É preciso destacar, ainda, que este fenômeno migratório se manifesta de forma mais intensa entre as jovens mulheres, devido às desigualdades de gênero, consolidadas a partir da cultura patriarcal.

A negação do direito da juventude permanecer no campo é incompatível com a construção de um Brasil agroecológico, afinal ele só é possível a partir da diversidade e protagonismo dos sujeitos do campo. Neste sentido, a luta dos movimentos e organizações que constituem o campo da agroecologia deve compreender a disputa de modelo de desenvolvimento, partindo também da afirmação das e dos jovens como sujeitos estratégicos da vivência agroecológica, que devem ter o direito de permanecer no campo tendo acesso ao conjunto de direitos que promovam sua autonomia e emancipação.

Neste sentido, a juventude do campo afirma o direito à terra, por meio da reforma agrária, como demanda central que deve estar articuladas ao conjunto de políticas voltadas a produção, comercialização e geração de renda, bem como às políticas de educação, saúde, esporte, cultura e lazer contextualizados com a realidade camponesa. Portanto, exigimos que o governo brasileiro estruture e implemente o Plano Nacional pelo Direito da Juventude Permanecer no Campo, onde conste as ações, metas e orçamento de políticas públicas que alcance os e as jovens da agricultura familiar, camponesa, indígena e de povos e comunidades tradicionais.

Assinam esta moção:

- ACESA - Associação Comunitária em Educação Saúde e Agricultura
- Actionaid Brasil
- Actionaid Brasil
- ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.